



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

XXIV FEIRA DO FUMEIRO MONTALEGRE

**(Discurso do Presidente da Câmara Municipal de Montalegre
- Sessão de abertura do evento - 22 Janeiro 2015)**

Exm.º Senhor

Secretário de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar

A sua visita, enquanto titular da pasta da Alimentação, enquadra-se perfeitamente na época e momento que hoje se vive em Montalegre.

É na realidade um dos momentos mais altos do nosso quotidiano o que agora se vive e se prende com a Feira do Fumeiro.

Momento alto:

Pela forma como a capital do Barroso se engalana e prepara para receber os muitos milhares de visitantes que por estes dias se esperam;

Pela dinâmica comercial direta e indiretamente associada ao evento;

Pelo envolvimento conseguido à volta das duas centenas de produtores, nem todos presentes na feira porquanto muitos deles já há muito criaram e desenvolveram canais próprios de comercialização.

Pela visibilidade que se lhe reconhece e pela atratividade que concita sobre este grande território faz sentido que se diga estarmos na verdade perante algo que projeta a nossa terra e a dinamiza economicamente.

Disse à bocado que os barrosões se ufanam deste grande acontecimento e tudo fazem para o tornar cada vez mais prestigiado e maior. E a provar o que digo basta referir este singelo pormenor de cada vez ser mais notória e visível a presença dos nossos emigrantes que, em crescendo, vêm trocando o Natal pela Feira do Fumeiro que consideram a festa da família barrosã.

Mas por detrás da festa há todo um trabalho imenso de preparação.

Há reuniões para apuro da arte ou técnica de fazer bom fumeiro;

Há um período de inscrições ou registo dos animais que cada produtor vai criar;

Há a campanha da brincagem, o controle alimentar, e todo o processo termina com a festa da matança.

A partir daqui é a arte ou segredo de temperar de cada um dos produtores inscritos e a diversidade de sabores àquela inerente que faz com que a Feira do Fumeiro seja na verdade uma feira de sabores e saberes!

Vamos de seguida visitar a feira. É a oportunidade de contactar com os 103 produtores ali presentes, que criaram 752 suínos e os transformaram de acordo com a tradição familiar das várias proveniências e que só em vendas se estima num apuro que ronda os três milhões de euros.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PRESIDÊNCIA

É um exagero dirão todos. Não é, digo eu que peço me dispensem a tarefa de multiplicar os animais pelo valor constante do mercado e que depois dou à componente transformação o valor acrescido que na verdade tem.

Mas Montalegre não é só fumeiro. É a carne barrosã que temos vindo a tentar valorizar em parceria com a Associação Nacional dos Criadores de Gado de Raça Barrosã, a AMIBA, o Agrupamento de Produtores, os produtores pecuários e o Município que prepara regulamento que viabilize um prémio pecuniário por cada um dos nascimentos para as raças autóctones e onde a Barrosã com registos de 1000 nascimentos ano assume absoluta dianteira.

São ainda os pequenos ruminantes que encontram nos 80% de área baldia condições sem igual para exponenciar o crescimento da atividade que o Município apoia substancialmente;

É a marca **Montalegre** com peso comercial cada vez mais intenso e que em conjunto todos temos de saber explorar; são os muitos produtos DOP e IGP que vamos lutar por manter e exponenciar na marca *Portugal Sou Eu* a que há muito aderimos; é a formação com particular incidência na arte do fabrico do fumeiro em que vamos empenhar-nos e apostar sobremaneira; é o Matadouro Regional do Alto Tâmega e Barroso que mesmo estando numa situação muito difícil vamos ter que conseguir engenho e arte para o manter ao serviço da região; é a OPP porque lutamos até ao limite das nossas forças e que esperamos V^a Ex^a ajude a viabilizar; é a retoma da produção da batata de semente que, ancorada numa cooperativa recém-constituída, teve a primeira experiência produtiva no ano findo, por sinal coroada de sucesso, e com o produto da campanha já no mercado e a dar suporte à continuidade da experiência agora agarrada pelo dobro dos aderentes e que só pararemos quando houvermos conseguido escala que nos ponha a abastecer e a dar resposta à procura no mercado nacional;

Em suma, estaremos no bom caminho se este desígnio de construção do nosso futuro for agarrado por quem cá quiser viver.

Falta porém algo que não cabe ao Município orientar e que a Administração Central, particularmente o Ministério da Agricultura cada vez mais feito uma agência de controle e liquidação dos fundos comunitários, tem descurado desde a nossa entrada na União Europeia.

Refiro-me concretamente à necessidade imperiosa de elaboração do cadastro da propriedade rústica para que possa ser dimensionada e assim alavancar o sonho da empresarialização agrícola, condição e garante da conquista de novos aderentes.

A terra tem de recuperar a função social que sempre teve e só dimensionando-a poderá tornar-se rentável e produtiva.

Tem de haver forma de coloca-la ao serviço de quem quer trabalha-la, fazer dela o seu ganha pão e através dela alimentar o sonho de uma vida de esperança, carregada de bucolismo, e de fazer inveja ao mofo dos gabinetes ou à impertinência de empresários sem escrúpulos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

Falta também ampliar os apoios comunitários às zonas do minifúndio, as mais difíceis de laborar, e que são as que mais gente envolvem no seu amanho e as que verdadeiramente mais contribuem para a fixação das pessoas ao mundo rural;

E falta ver a quem nos governa que sendo este país feito de dois países – o rural e o urbano – as soluções deste não podem ser replicadas àquele e de que a Lei dos Compromissos ou o Código da Contratação são exemplo acabado e flagrante.

Pensados estes instrumentos jurídicos à volta da necessidade de conter os excessos e desperísio da administração, autarquias incluídas, varrem e tratam tudo por igual quer se trate de autarquias bem ou mal geridas, rurais ou urbanas, do litoral ou do interior.

Sempre entendi que ao tratar-se de forma igualitária realidades distintas está-se a praticar a mais flagrante desigualdade.

É o que acontece quando se põem em competição nas plataformas eletrónicas empresas candidatas a obras ou pessoas concorrentes a cargos da administração. Não é assim que se dá trabalho e garantia de continuidade no nosso meio aos jovens que por cá anseiam fixar-se ou às empresas aqui localizadas, de pequeníssima dimensão que, sem quadros técnicos e sem meios para os sustentar, não vêm outra saída que não seja o irremediável fechar de portas.

Não é assim que se povoa o mundo rural como não é assim que se combatem os desequilíbrios.

Mas há mais Senhor Secretário de Estado.

Há leis e normas que são verdadeiros bloqueios e obstáculos à dinamização económica e empresarial de que o mundo rural tanto precisa. Cito agora a Lei do Sector Empresarial Local que de tanto entrave colocar impede, por exemplo, que o Município de Montalegre intervenha e acuda ao Matadouro Regional do Alto Tâmega do Barroso, de que é sócio, cuja solvabilidade carece de injeção de capital, e que o Município não pode subscrever, mesmo tendo as suas contas saudáveis, e assistindo assim impotente ao desmantelamento de uma infraestrutura determinante no apoio à dinamização económica do setor e consequente manutenção dos muitos postos de trabalho que ali operam.

Assim não vamos a lado nenhum. E corremos mesmo o risco de por tanto desequilíbrio social e demográfico caminharmos inconscientemente para a extinção.

Senhor Secretário de Estado:

Comecei a minha intervenção dizendo que ter na abertura da Feira do Fumeiro o titular da pasta da Alimentação e Investigação Agroalimentar é o casamento perfeito do ter com o ser, a conjugação da letra com a careta. E já que falamos de investigação agroalimentar permita-me que em jeito de conclusão lhe reporte o seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE
PRESIDÊNCIA

Nos idos anos 40 cedeu o Município de Montalegre ao Estado a Quinta da Veiga para ali instalar um Posto Zootécnico que mais tarde evoluiu para Posto Experimental do Barroso e funcionou durante mais de 50 anos como espaço de investigação veterinária e de ensaio à introdução de novas culturas.

Tinha como ónus o direito de reversão logo que a função subjacente ao objeto de cedência fosse interrompida. Foi o que aconteceu há quase uma vintena de anos.

Desde então temos tentado negociar a reversão com o Ministério da Agricultura de quem tivemos sempre a maior abertura e receptividade. Só que quando as coisas chegam à Direção Geral do Tesouro entram num labirinto de onde não mais se sai.

Por que isto se arrasta há mais de uma dúzia de anos intentámos junto do Tribunal Administrativo competente ação de reversão deste património de forma a poder ser colocado ao desenvolvimento da região. Só que a experiência nos diz que assuntos em Tribunal andam quando andam e a experiência nos diz que demorarão anos a decidir-se.

Entretanto há investidores interessados em dinamizar economicamente os 105 hectares em iniciativas viradas para o comércio externo que, estou certo, não terão paciência para tão grande demora.

É mais uma oportunidade que se esvai e lá ficará mais uma vez a região em perda por um dia se ter aventurado em negócios com a distante e insensível Administração Central.

Assim não iremos a lado nenhum.

E cada vez mais seremos um país desequilibrado e com tendência a ser considerado em vias de extinção.

Temos contra nós a União Europeia que deu a maior machadada no mundo rural e que em Portugal se manifesta de forma mais intensa por sermos um país periférico.

E temos contra nós o centralismo que não cede ao princípio da regionalização que políticos ilustres da nossa praça consideram já ser o abanão de que o país precisa.

Eu concordo e por ela lutarei.

E sem esperança de que algum dia aconteça - ninguém sonha ver Lisboa abdicar da dinâmica que os serviços ali sedeados lhe dão - lutarei com todas as minhas forças para envolver os meus conterrâneos no propósito feito certeza de que o nosso futuro só terá futuro se assentar alicerces no aproveitamento dos nossos recursos naturais. Saber depois transformá-los e acrescentar-lhes valor é o que de seguida vamos ver na visita ao placo da feira. Não nos rendemos e jamais nos desviaremos destes princípios. O obreirismo que grassou país abaixo não deu resultado. São horas de regressar à terra. Mas dimensionada.

E é com os que a trabalham e depois lhe acrescentam valor e no quadro desta parceria alargada entre produtores, associações, autarquias e povo que luta que vamos construir o nosso futuro.

Montalegre, 22 Janeiro 2015

O Presidente da Câmara

Manuel Orlando Fernandes Alves